

JORNALISMO DE INFORMAÇÃO: O FRAGMENTO COMO MÉTODO DE HEGEMONIA

Cátia Guimarães*

Resumo: O trabalho estuda a coerência histórica entre a hegemonia de um ‘jornalismo informativo’ e a emergência de uma nova configuração do capitalismo, acompanhada por uma ‘crise dos fundamentos’. Desnaturaliza o método jornalístico contemporâneo, apontando sua objetividade e factualidade como ideológicas. Adota a proposta de Adelmo Genro Filho, de pensar o jornalismo como uma forma de produção de conhecimento que parte sempre do foco no singular, mas que precisa, seguindo o esquema hegeliano, articulá-lo dialeticamente com as dimensões do particular e do universal. Supõe que o método atual serve ao mascaramento ideológico que mostra a realidade como fragmentos desconectados e desprovidos de história, representando um novo formato da luta por hegemonia. Por fim, elege o Estado, no sentido ampliado de Gramsci, como espaço para a produção de um jornalismo dialético como ferramenta de luta contra-hegemônica.

Palavras-chave: jornalismo informativo, ideologia

Abstract: This labor studies the historical consistency between the hegemony of an ‘informative journalism’ and the emergency of a new capitalism configuration, joined by a ‘fundamentals crisis’. It denaturalizes the contemporary journalistic method, appointing its objectivity and reality as ideological ones. It adopts Adelmo Genro Filho’s proposal, to think the journalism as a way to produce knowledge, that always leaves from the focus on singular, but that needs, according to Hegel's system, to articulate it dialectally with private and universal dimensions. It supposes that the current method serves to an ideological mask that shows the reality as a new shape of the fight for hegemony. Finally, it chooses the State, in Gramsci's extended sense, as an environment for the production of a dialectical journalism as a tool of counter-hegemony fight.

Keywords: informative journalism, ideology

1. Introdução

O objetivo principal deste trabalho é investigar uma certa coerência histórica entre a hegemonia de um ‘jornalismo informativo’ e a emergência de uma sociedade marcada por uma nova configuração do capitalismo (financeiro) e pela crise de valores clássico-modernos, como os de *fundamento* e *verdade*, que atendem pelo nome de discurso pós-moderno. O esforço é de desnaturalizar o método jornalístico contemporâneo, apontando sua objetividade e factualidade como uma nova forma de disseminação de ideologia e estudar caminhos possíveis para um jornalismo dialético, que vá além do fato em si e não ignore as contradições da realidade.

* Mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ e pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz.

Cenário de todos esses processos, a sociedade contemporânea é marcada por um ‘racionalismo instrumental’ que acompanha o que D’Amaral chama de surgimento da “tecnologia”, termo que ele prefere grafar com hífen para evidenciar, pela identificação dos radicais, que se trata da junção, antes nunca experimentada, da técnica com a ciência. Nas suas palavras, “um poderoso Acontecimento, que, por meados do século XX, se apresentou em condições de mudar a História” (2004). Trata-se, segundo o autor, da instauração do reino da eficácia, que abre mão da verdade – aquela que aponta para origens e causas e, portanto, reivindica o fundamento – em nome da resposta produtiva e útil.

Embora, ao longo desse processo de “desfundamentação” do mundo a verdade tenha perdido seu caráter de absoluto, durante muito tempo ainda foi possível crer no conhecimento verdadeiro e reivindicar que o mundo fizesse sentido. É precisamente essa a ruptura que começa a se dar em meados do século XX, caracterizando a disputa que marca a sociedade contemporânea.

Um dos sintomas dessa ruptura é a leitura do mundo (a vida, o homem) como pura imanência, um recomeçar sempre do zero, em que o passado não contém mais verdade, servindo, no máximo, para se tornar alegoria no presente. Nesse processo que isola o passado e aprisiona o futuro, ao que parece, entra em xeque também o presente, como costumávamos concebê-lo, sucumbido na criação de uma nova categoria temporal, que marca definitivamente a sociedade contemporânea: o atual. Essa mudança na relação com o tempo – que tem ligação direta com o aperfeiçoamento das tecnologias inauguradas com a modernidade –, e que se manifesta de forma muito evidente no método jornalístico, também representa, como vimos defendendo, uma parte das novas formas de dominação do capitalismo pós-industrial.

Outro sintoma é o individualismo exacerbado, que Robert Castel chama de “individualismo de massa”, uma metamorfose do individualismo coletivo da sociedade pré-industrial que, exatamente ao contrário deste, é produto do enfraquecimento das regulações coletivas. De semelhante, segundo ele, tem o fato de tratar-se de um individualismo “por falta de referências e não por excesso de investimentos subjetivos” (1998, 603), já que, na verdade, as pessoas se tornam indivíduos por subtração.

Por fim, e nos aproximando do objeto específico deste estudo, por meio da reorganização do capitalismo e do discurso pós-moderno, a sociedade contemporânea inaugura também a cultura da informação, que, diferente da cultura da comunicação, se caracteriza pela extensa veiculação e apropriação de sinais que não emprestam sentido às coisas, apenas as disponibiliza para consumo imediato. É no caminhar entre essas duas

culturas – que convivem e disputam ainda nos dias de hoje – que o jornalismo se desenvolve como uma forma de produção de conhecimento sobre o mundo. Mas nem sempre foi assim.

2. Breve e orientada história do jornalismo

A imprensa nasce como pequenas empresas artesanais, voltadas para o lucro, com a função de organizar a circulação de notícias de interesse comercial. Essa “imprensa de informação”, que chega até o século XVIII, vai aos poucos se transformando numa “imprensa de opinião”, que, entre os séculos XVIII e XIX, se baseia não mais na publicação de pequenas notas e avisos, mas no que se reconhece como um “jornalismo literário”. É nesse momento que os jornais deixam de ser apenas atores das trocas comerciais para tornarem-se “portavozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária” (Habermas, 2003, p. 214). Com o desenvolvimento desse último tipo de imprensa, surge a figura da redação, profissionalizada¹.

O embate que começa a se travar de forma relevante nessa época é entre a prevalência da informação ou da opinião – distinção importante, definidora em parte do jornalismo contemporâneo. Foi nesse contexto, tanto do jornalismo especificamente quanto do capitalismo em geral, que nasceu a imprensa ligada ao consumo e que se tornaria massiva².

Esse caminho, que redundaria na imprensa ‘profissional’ do século XX, produziu importantes mudanças de forma e conteúdo nos jornais. Quanto ao foco, a informação prevaleceu sobre a doutrinação. Em relação ao conteúdo, a reportagem substituiu as colunas como base de sustentação dos veículos e a entrevista ocupou o lugar dos artigos políticos.

A história do jornalismo nos mostra o quanto se pode considerar como um movimento pendular as tendências da imprensa a ser mais doutrinária ou informativa ao longo do tempo. Não há, inclusive, um período em que apenas um desses modelos prevaleça inteiramente sobre o outro. Reconhecer isso não significa, no entanto, que não exista uma linha histórica coerente que nos traga até o jornalismo de hoje. Ao contrário. Supomos, neste trabalho, que essas idas e vindas refletem exatamente o processo de desenvolvimento do capitalismo (de um certo capitalismo) no Brasil que, embora vitorioso, como em todos os lugares, não se deu sem contradições. Mais do que isso, entendemos que as categorias de ‘opinativo’ e ‘informativo’ nos ajudam a perseguir uma hipótese, de fundamental importância para o argumento que

¹ Um recorte interessante da história da constituição do jornalismo pode ser encontrado no livro ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’, de Jürgen Habermas. Embora esse não seja o tema principal da obra, o autor dedica-se a ele porque define a imprensa como a instituição por excelência da esfera pública, esta sim objeto da sua pesquisa.

² Segundo Habermas, é já no século XIX que o jornal começa a se tornar um veículo de massa, dentre outras coisas, com ampliação significativa da tiragem.

sustentamos: a de que períodos de hegemonia mais tranqüila favorecem a ocorrência de um jornalismo mais asséptico. Como o atual.

Nosso empenho reside na intenção de demonstrar que a separação radical entre informação e opinião, e a conseqüente tentativa de eliminar tecnicamente quaisquer vestígios de interpretação da notícia, não existe desde sempre: é datada e tem coerência histórica; ou dito de outra forma: a assepsia do modelo jornalístico atual não é óbvia, mas sim ideológica.

Cabe destacar, por fim, que não ignoramos que mesmo as lutas políticas que se travaram, em alguns momentos, pelas páginas dos jornais, tratavam-se sempre de brigas internas à classe dominante e não do reflexo de uma possível ‘luta de classes’ através do jornal. Seja opinativo ou informativo, para ficar apenas nesses dois ‘modelos’, o jornalismo foi um projeto burguês desde a sua origem.

3. Método jornalístico contemporâneo

Atualidade, velocidade e ineditismo (ou improbabilidade). Eis aqui três dos valores comuns a praticamente toda definição de notícia que se pretenda operacional no jornalismo contemporâneo. A valorização da atualidade faz com que o tempo apareça também como elemento definidor da notícia em relação à produção. Pode-se ainda acrescentar que, para merecerem as páginas dos jornais, os fatos precisam ser considerados relevantes.

Essa brevíssima descrição categórica tem por objetivo abrir caminho para a discussão sobre o que optamos aqui por chamar de ‘falácia do novo’, que marca o discurso contemporâneo nas suas mais diversas manifestações, entre elas, o jornalismo. Em primeiro lugar, desde que se tornou atividade comercial sustentada principalmente pela publicidade, o jornal precisou preencher uma quantidade diária de páginas que, se fossem tomadas por novidades — e ainda por cima relevantes para o conjunto da sociedade —, fariam com que nossa vida se assemelhasse a uma montanha-russa. Em segundo, na prática, o processo de produção de atualidade e velocidade das redações de jornais torna, na sua generalidade, a produção do novo absolutamente impossível.

Defendemos que se trata, aqui, do sintoma de um processo claramente constitutivo do discurso pós-moderno: a valorização do novo que, na verdade, só reitera o mesmo, mas que precisa se compreender como novo porque tem como condição de possibilidade a negação do velho e do passado (mesmo que o passado seja “ontem”). Mais do que isso, a produção de falsos novos que, no seu movimento veloz e ininterrupto, promove a mais absoluta fragmentação, dificultando a visão do mundo como totalidade. Da mesma forma, evidencia-se que a produção do novo depende inteiramente do processo de produção capitalista (nesse

caso, da mercadoria *notícia*) que, apesar da maquiagem contemporânea, não tem nada de novo na sua estrutura.

O fracasso do jornalismo na produção do novo que ele promete como indispensável à vida cotidiana tem como consequência direta a reiteração do senso comum. Ganha importância, nesse contexto, por exemplo, a informação de serviço, voltada muito mais para o consumidor, segmentado como público-alvo do jornal, do que para a figura do cidadão que precisava ser ‘esclarecido’ pela perspectiva iluminista que, em tese, sustenta o jornalismo na sua origem.

Como já dito, caracterizar o jornalismo contemporâneo como informativo significa, antes de tudo, dizer que ele carrega, na sua constituição como campo e na sua prática cotidiana, a diferenciação entre informação (ou fato) e opinião. Essa é a principal aposta da objetividade: a de que é possível levar o público a ‘pensar por si’ através de relatos ‘isentos’ de qualquer interpretação. Herança do modelo de jornalismo anglo-saxão, a objetividade significa a tentativa de se produzir um relato que reconstrua o fato noticiável ‘fielmente’, tal como ele supostamente aconteceu, sem abertura para comentários ‘tendenciosos’.³ A objetividade jornalística foi construída na forma de um método (também de apuração, mas, sobretudo, de escrita) para alcançar a imparcialidade. Uma leitura possível é a de que essa foi a aposta num caminho para a realização da promessa do jornalismo como instrumento da democracia – na concepção que esse termo adquiriu no capitalismo, como busca do consenso. Outra é a de que se tratou de um processo de padronização ou ‘standardização’ que ajudou a consolidar a notícia como mercadoria e o jornalismo como uma atividade de mercado. O que discutimos é uma parte dessa história, mais recente, que se resume na coerência entre a técnica jornalística contemporânea e as novas estratégias de um sistema que se modifica nos meios para manter os seus fins, tanto no que diz respeito à organização político-econômica quanto no discurso que o legitima científica e filosoficamente. Ao contrário da ciência, no entanto, que vem discutindo suas heranças positivistas, a falácia da objetividade jornalística esconde o fato de que a notícia (ou o relato do acontecimento) é, necessariamente, a resposta a perguntas que alguém precisou fazer.

Seguindo a mesma linha, vale ressaltar ainda que esse processo ignora que não existe método capaz de objetivar inteiramente a resposta à pergunta ‘o quê’ do *lead* – ou, mais claramente, de que não há critério exato para determinar o que é ou não noticiável. Nesse

³ A esse modelo chamamos “Pirâmide Invertida”, que, com pequenas variações, resume esse tipo de jornalismo que dá centralidade absoluta aos fatos (no sentido de se opor à interpretação) e que depende inteiramente do investimento na objetividade e na imparcialidade.

sentido, o jornalismo tenta se localizar num lugar diferente tanto da ciência quanto do senso comum, embora trabalhe com princípios dos dois, num processo que talvez se encaixe bem no chamado ‘novo paradigma científico’.

Nesse modelo, o jornalismo indiferencia aparência (ou fenômeno) e essência. Ignorando a essência (ou os fundamentos) dos processos sociais e mesmo naturais que geram as notícias, produz uma verdade que está colada no fato singular ou, o que é pior, na singularização que o jornal faz do fato. Embutida nesse mecanismo reside uma concepção de verdade coerente com a perda dos fundamentos característica do discurso pós-moderno e com a necessidade do capitalismo de mercado de produzir esquecimento e negar acúmulo de elaboração, como tentamos caracterizar. Nesse sentido, o jornalismo informativo é também uma prática que nega o conhecimento tal como ele foi concebido na modernidade, tempo em que assumiu seu parentesco com a idéia de verdade.

4. Por um outro jornalismo

“As riquezas são globais, a miséria é local — mas não há ligação causal entre elas (...)”. Assim Bauman resume uma das estratégias que ele identifica como própria dos meios de comunicação para acobertar as “mentiras” trazidas pela globalização.

Neste trabalho, nos apropriaremos da proposta de Genro Filho, de pensar o jornalismo como, mais do que uma prática, uma forma própria de produção de conhecimento, que tem como especificidade o fato de partir sempre do foco no singular. O problema, diz ele, é que o formato atual parte do singular como novo, específico e único e esgota-se nele mesmo. Para desenhar uma nova teoria do jornalismo, o autor toma emprestado de Hegel o reconhecimento da necessidade de articulação e interpenetração dialética entre as dimensões do singular, do particular e do universal na composição da notícia como descrição da realidade concreta.

A forma como este trabalho foi organizado reitera nossa suposição, já anunciada, de que, ainda que com todas as limitações impostas pela ordem do sistema capitalista desde a sua origem, na modernidade dos grandes relatos, a notícia ainda buscava um certo encadeamento que apontasse para um universal que se pretendia hegemônico, mesmo que sempre como um projeto burguês. Uma das principais marcas do jornalismo que representa a sociedade contemporânea nos parece ser, ao contrário, a produção de sucessivos singulares que, aprisionados na ditadura do novo, convertem-se em pura informação para consumo imediato – sem contexto (portanto, sem história e sem passado) e sem projeto (portanto, sem futuro). E isso representa um novo formato da luta por hegemonia.

Universal, particular e singular não são classes diferentes de coisas ou conceitos, mas, ao contrário, são três momentos distintos de uma mesma entidade. Isso significa que o universal, que caracteriza a essência, mais abrangente e difícil de ser identificada, está contido no particular e no singular, que é sua manifestação fenomênica. Dessa seqüência, o universal é o atributo que tem valor mais genérico, abrangendo a totalidade das coisas. Particular é a especificação de um determinado tipo de coisas. Já o singular (ou individual) é a manifestação da entidade numa unidade.

Esse esquema que, em Hegel, é a leitura de como as coisas se manifestam no mundo, é tomado por Genro Filho como um modelo de compreensão e redefinição do jornalismo, inspirado no uso semelhante que Lukács fez desse sistema em relação à arte. Para Genro Filho, então, o jornalismo pode ser compreendido como uma forma de produção de conhecimento que se diferencia das outras por ser, necessariamente, centrado no singular – diferente da ciência, por exemplo, que, segundo ele, busca sempre o universal.

Propomos aqui, claramente, uma reflexão sobre o quanto, na notícia, a articulação do singular com o universal e o particular pode ser (e é freqüentemente) nublada pelo processo de produção de ideologia. O método, portanto, ajuda a não evidenciar o universal que está contido no fato – e, sem essa explicitação, sai vitorioso o mascaramento ideológico que apresenta a realidade como um amontoado de fragmentos desconectados e desprovidos de causalidade.

Arriscamos dizer que, apesar disso, no jornalismo, talvez seja possível conciliar a materialidade do fato singular concreto, que se dá no mundo real e histórico, com a ‘antecedência’ do universal. Isso porque nos parece que, se o singular jornalístico é, na verdade, sempre singularização (portanto ato subjetivo), é preciso haver referência para recortar e selecionar partes da realidade concreta como matéria-prima da notícia. Sugerimos, então, sem qualquer pretensão de objetividade, que, antecedendo às demais dimensões do real, o universal possa, de fato, servir metodologicamente de base para a seleção e estruturação da notícia. Em outras palavras, podemos afirmar que nem tudo que é singular, ou singularizável, é necessariamente notícia. Suspeitamos, então, que, embora o apelo da notícia seja o singular (atual e concreto), seu critério de validação jornalística (portanto, de relevância pública de fato) possa ser o universal que nele está contido. Esse nos parece ser o início de um dos caminhos para um jornalismo mais formativo, que busque a essência e o fundamento científico e histórico dos acontecimentos.

Ocorre que o esquema de Hegel, trazido como contribuição para um novo artifício metodológico no jornalismo, nos obriga a pequenas adequações. A primeira delas é transpor o

seu universal Absoluto para a concretude histórica que nos interessa neste trabalho e com a qual o jornalismo lida no seu cotidiano. Diferente de Hegel, portanto, o universal que aqui tomamos como referência é ético-político. Isso significa, em alguma medida, assumir que, como valor do fato singular, o universal é, por natureza, ‘tendencioso’ e está, necessariamente, vinculado a uma visão de mundo – embora essa ‘tendência’ não seja a manifestação de uma nova ideologia.

Mas, para isso, nos parece que é preciso que essas contradições sejam parte metodologicamente indissociáveis do processo pelo qual o fato se torna notícia – na pauta, na apuração, na redação. Nesse sentido, o mapeamento das contradições – a partir da universalidade ético-política que a visão de mundo do jornal o leva a identificar no fato singular — deve ser papel muito mais do jornalista, como passo metodológico para a construção da notícia, do que uma expectativa de desvelamento realizado unicamente pelo próprio leitor.

Dizemos com isso que, na dimensão da realidade concreta e cotidiana que requer disputa de sentidos, diferentes ‘leituras’ de um fato remetem a distintos universais. Portanto, não existe, segundo nossa compreensão, o universal do fato, tão colado na sua manifestação fenomênica que, se esta for tratada como informação ‘pura’, ele se tornará evidente para o leitor. Existe, isso sim, a construção cultural e ‘anti-ideológica’ dos universais que, juntos, possibilitam uma visão mais coerente e totalizante dos processos sociais.

Podemos exemplificar dizendo que a escolha da seção do jornal (que, em geral, é anterior, porque os jornalistas trabalham em uma editoria específica) determina a forma de apreensão do fenômeno. O particular orienta, então, o tratamento do singular, mas de forma naturalizada e imperceptível ao leitor porque o destaque continua sendo para a descrição do acontecimento em si. Dito de outra forma: tratar a crise entre Brasil e Bolívia, por exemplo, em função da exploração de combustíveis, na seção de Economia (e não de política ou de internacional) é uma *escolha* – e não uma obviedade –, que determina, de antemão, o enfoque da notícia – e modifica, embora de forma naturalizada e disfarçada, a singularidade e a universalidade do acontecimento (ou da sua narrativa).

A explicitação do universal como parte do método jornalístico caracteriza um movimento dialético na medida em que (e apenas nesse caso) consideramos o jornalismo como uma forma de produção de conhecimento centrada no singular. Significa dizer que, se singulares, particulares e universais são três momentos de uma mesma entidade ou conceito, como já vimos, eles só podem se tornar opostos (passíveis de contradição) num processo em que um deles (no caso, o singular) é tido como representativo do todo. Assim, a busca e o

tratamento do universal do fato (portanto, do não-singular) num processo que tem como característica definidora a busca do singular pode significar o caminho para a construção de um novo no jornalismo que se constitua como síntese⁴.

Em outras palavras, da ‘contradição’ entre a descrição do fato e a sua inserção num referencial ético-político que ultrapassa em muito o fato em si (e, portanto, o transforma, de fenômeno a parte do todo), nasce uma nova notícia, que pode, inclusive, ser o fato original noticiável do dia seguinte. Da síntese entre singularização e universalização no jornalismo podem nascer outros singulares noticiáveis, que sejam o novo resultante de um processo de reflexão e não mais baseado apenas na descrição do fenômeno. Assim, o jornalismo conviveria com uma concepção mais ampla de notícia, que se ancorasse tanto no fato em si – novo no tempo – quanto no fato-síntese.

A aplicação da dialética ao jornalismo que aqui propomos se dá a partir da negação do fato/fenômeno ‘puro’ (tese) pela explicitação do seu sentido, que aponta para um universal (antítese). A contradição se realiza, portanto, entre o acontecimento definido como ocorrência, que se descola do real ao se esgotar em si mesmo, e o universal que, por sua vez, quando tomado de forma isolada do fenômeno, se torna abstração e lei, imobilizando qualquer (re)ação. Isso significa dizer que, tanto um jornalismo que se baseia apenas na especificidade do fato novo (no tempo) quanto aquele que reduz os fatos a exemplos de algo que se toma como já prefigurado (e portanto imutável), ignoram o sentido que pode surgir como síntese da dialética entre singular e universal, acontecimento e história, novidade e contexto. É dessa síntese que supomos ser possível o nascimento de um jornalismo crítico e formativo, capaz de interpretar os fatos sem ‘deformá-los’ ou ignorá-los. Nem universalidade abstrata, nem facticidade pura: essa, nos parece, é a dupla negação que pode reconfigurar e requalificar o singular que caracterizaria o jornalismo como uma forma específica de produção de conhecimento.

Em síntese, o universal implícito no singular que caracteriza esse jornalismo moderno, de fatos, não é essência, e sim escolha política. Exatamente por isso essa universalidade precisa ser explicitada, e não nos parece que isso possa se dar sem algum nível de interpretação. Assim, retomando a citação de Bauman que abre este tópico, desejamos, por fim, que o singular da pobreza da África nunca mais deixe de dialogar com o universal da concentração de riquezas do capitalismo ocidental.

⁴ Diferença, contradição, superação e unidade são os movimentos que caracterizam a dialética. Ou, em outro esquema, mais conhecido: tese, antítese e síntese.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das brechas do sistema, as reflexões e propostas apresentadas neste texto fazem sentido principalmente quando aplicadas a espaços em que a informação/conhecimento gerada pelo fazer jornalístico possa existir fora do registro da mercadoria. Por isso, depois de discutir o ‘como’, este trabalho precisa se complementar com a proposta de investigação sobre ‘onde’ é possível se experimentar um outro tipo de jornalismo.

Um dos caminhos que nos parecem viáveis é a discussão sobre jornalismo público a partir do lugar das instituições que compõem o aparelho de Estado — entendido no seu sentido ampliado, como campo de disputa de hegemonia. Trata-se de um esforço que requer, naturalmente, a distinção entre governo, Estado e sociedade e que pode ser resumido na pergunta de Gramsci (2004, 229), com a qual encerramos este trabalho: “Se a escola é de Estado, por que não será de Estado também o jornalismo, que é a escola dos adultos?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. vol. 8. Lisboa, Editorial Presença, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- D’AMARAL, Marcio Tavares. *Comunicação e diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Disponível em www.adelmo.org.br.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro, Revan, 2007.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2006.